

**ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ-IDS**

No primeiro dia do mês de outubro de 2001, às 9:00 horas, reuniram-se na sala dos Conselhos do Ministério da Ciência e Tecnologia, na cidade de Brasília, DF, os seguintes membros do Conselho de Administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDS): Dr. José Galizia Tundisi, presidente do Conselho e os conselheiros Dr. Warwick Estevan Kerr, representante da Academia Brasileira de Ciências; Dr. Adalberto Luís Val, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Dr. Paulo Nogueira Neto, representante da comunidade científica; Dr. Edmundo Antônio Pereira Taveira, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT; Dr. João Paulo Viana, representante dos funcionários do IDS; Dra. Aline da Rin Paranhos de Azevedo, representante dos associados do IDS e o Dr. Márcio Ayres, Diretor geral do IDS. Estavam presentes, ainda, os senhores Dr. Helder Lima de Queiroz; Sra. Ana Rita Pereira Alves, Diretora Administrativa do IDS e Sra. Maria Angela Rodrigues Paulista. O Dr. Tundisi abriu a reunião dando boas vindas aos conselheiros e passou a palavra ao Dr. João Evangelista Steiner, Secretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa, que dando as boas vindas aos conselheiros, falou das Organizações Sociais do MCT, IMPA, LNS e IDS, e as vantagens desse modelo de gestão. O Dr. Tundisi retomou a pauta da reunião que, como originalmente proposta, era composta de 15 itens, como vai descrito abaixo. Os trabalhos perduraram até as 16:00 horas com intervalo de uma hora para o almoço.

ITEM 1. *Apresentação do novo Conselheiro, Dr. Adalberto Luís Val, representando a SBPC.* O presidente apresentou o Dr. Val, dando-lhe boas vindas e dizendo conhecer seu trabalho desde muito tempo. **ITEM 2.** *Informes gerais.* O Dr. Márcio Ayres, convidado pelo presidente a apresentar este item da pauta, ressaltou o seminário apresentado nos Estados Unidos para os dirigentes da ALCOA com o objetivo de levantar fundos para as atividades do IDS. Isto ocorreu antes do acidente com o World Trade Center em Nova Iorque e, no momento, aguarda melhor oportunidade para voltar a contatar aquela empresa que se comprometera a investir em Mamirauá. O Dr. Ayres informou, também, sobre as negociações com a WCS, cujos representantes planejam uma visita à Mamirauá para o final do mês em curso. Por fim, relatou que o regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Técnico Científico, os Manuais Operacionais, de Normas e de Procedimentos estão sendo preparados para apreciação pelo Conselho de Administração. **ITEM 3.** *Aprovação da Ata da Reunião anterior.* O presidente colocou a Ata da reunião anterior para as considerações dos conselheiros que a aprovaram com pequenas correções. **ITEM 4.** *Submissão da lista de nomes para compor o CTC pelo Diretor Geral.* O Dr. Ayres apresentou a seguinte lista de nomes para compor o CTC: Dr. William Magnuson (INPA), para a área de Vida Selvagem; Dra. Tatiana Deane Sá (EMBRAPA, Pa), para a área de Agricultura, Dra. Maria José Jackson (UFPA) para a área Social; Dr. Vandick Batista (UA), para a área de Pesca; Dr. Paulo Amaral (IMAZON), para a área Florestal; Dra. Ima Vieira (MPEG), para a área de Biodiversidade; e Dra. Andrea Pires (IDS), para a área Florestal/Social. Questionado sobre a forma de escolha dos nomes, o Dr. Ayres informou que a lista foi elaborada a partir das sugestões apresentadas por colaboradores diversos, considerando a diversidade de instituições da região e a proximidade regional dos indicados, dados os custos de locomoção. O Dr. Val questionou sobre a representatividade institucional no CTC no que foi esclarecido pelos Drs. Steiner, Taveira e Tundisi, que ressaltaram que os profissionais indicados para compor o CTC

não são representantes de suas instituições de origem, que foram escolhidos por suas competências nas áreas de atuação do IDSM e que seus mandatos serão estabelecidos pelo regimento. Os nomes indicados para compor o CTC foram aprovados por unanimidade. **ITEM 5. Propostas de outras instituições para executar linhas de pesquisa identificadas pelo IDSM como prioritárias. Como proceder.** O Dr. Ayres apresentou um sumário das linhas de pesquisa consideradas prioritárias para as ações em Mamirauá. São 17 linhas, a saber: Levantamento de aves; Levantamentos botânicos; Inventários florestais; Levantamentos de caça; Levantamento de peixes; Diagnóstico de pragas e doenças agrícolas; Estudos da biologia, ecologia e exploração de recursos chaves; Estudos auto-ecológicos e sinecológicos (anta, uacari-preto, queixada, gavião real, onça, lontra, etc); População e migração de ariranhas; caracterização dos solos (geomorfologia); Continuação de estudos de aruanãs; Estudo populacional e biológico dos tucunarés e dos carauaçus; Biologia e conservação da onça pintada; Estudos mais profundos das espécies de peixes ornamentais; Comparação dos recursos pesqueiros nas várzeas de Amanã e Mamirauá; Levantamento de mamíferos (incluindo morcegos); e Levantamento de primatas na restinga do Lago de Guedes. O Dr. Ayres salientou a necessidade de contatos e divulgação das possibilidades de pesquisa em Mamirauá. Os interessados deverão apresentar projetos que deverão ser analisados e aprovados pelo CTC. Os projetos aprovados poderiam receber apoio do MCT afirmou o Dr. Steiner que sugeriu, adicionalmente, que o IDSM poderia funcionar como um laboratório nacional. O Dr. Tundisi argüiu sobre a capacidade da infra-estrutura suportar os projetos, no que foi esclarecido pelo Dr. Ayres sobre a inexistência de infra-estrutura de laboratórios nesse momento. O Dr. Taveira ao fazer considerações sobre o modelo a ser utilizado para apresentação de projetos, diz que o esquema de editais poderia ser utilizado. O Dr. Tundisi sugeriu aguardar proposta a ser formulada pelo CTC. O Dr. Tundisi ressaltou que a semelhança com as ações das Estações Ecológicas, como no conceito proposto pelo Dr. Paulo Nogueira Neto, poderia ser considerada na proposta. O Dr. Taveira acrescentou que uma outra forma de ação seria através de ação induzida. Em seguida, o Dr. Steiner voltou a enfatizar que o MCT tem interesse em apoiar e que tal apoio poderia ser por meio da SECUP. Dr. Helder informou aos conselheiros que propostas estão aparecendo e que os recursos necessários não são de grande vulto, que poderia ser estabelecida uma linha de apoio no CNPq. O Dr. Taveira sugeriu a inserção do apoio no contrato de gestão, que poderia ser feito através de um termo aditivo como observado pelo Dr. Steiner, tendo em vista as dificuldades operacionais para o apoio direto pelo MCT ao pesquisador ou grupo de pesquisa. O Dr. Tundisi ressaltou que qualquer que seja o caminho (MCT, contrato de gestão ou recursos conseguidos pelo próprio pesquisador), é necessário uma avaliação permanente pelo CTC para dar direção às pesquisas na reserva. Sobre a questão da infra-estrutura/hospedagem levantada pelo Dr. Paulo Neto, foi informado pelo Dr. Ayres a existência de 21 flutuantes mas que são necessários mais recursos para expandir e consolidar a infra-estrutura necessária e, como emendado pelo Dr. Tundisi, para fazer face às necessidade para o desenvolvimento da infra-estrutura no terreno de Tefé, como planejado. O Dr. Paulo Neto salienta a importância da reativação das Estações Ecológicas e o Dr. Tundisi sublinha a importância das atividades de campo, isto é, o restabelecimento da tradição do trabalho de campo no estudo das questões relacionadas ao meio ambiente. A respeito desse tópico ainda foram levantadas observações sobre o disciplinamento da apresentação de propostas por meio de formulários (Dra. Paranhos) que sugeriu-se aguardar a posição do CTC; o repasse dos recursos para o Coordenador do projeto (Dr. Tundisi) o que depende da fonte dos recursos; o repasse dos recursos para infra-estrutura diretamente para o IDSM e os de

custeio para o pesquisador (Dr. Helder); o prazo de inclusão de recursos no contrato de gestão (Dra. Paranhos) que poderia ser até fevereiro/março de acordo com Dr. Steiner mas que, se houver possibilidade e projeto aprovado, poderia haver repasse de recursos ainda este ano. O Dr. Ayres ressaltou que alguns projetos de cooperação já existem com o INPA e com o MPEG e que sua preocupação na concepção de novos projetos está também relacionada à duplicação de esforços. Como sugestão final dos conselheiros ficou assinalado o mês de novembro para instalação do CTC e fevereiro/março para a apresentação dos projetos. Antes de passar ao próximo item da pauta o presidente ressaltou a flexibilidade administrativa do modelo "Organização Social" e o Dr. Taveira observou, contudo, que o modelo se aplica a Instituições organizadas e com foco. O Dr. Steiner pediu licença ao presidente e se retirou. **ITEM 6. Apreciação, discussão e aprovação da nova versão do Plano de Cargos e Salários.** O presidente convidou o Dr. Taveira a relatar este tópico tendo em vista sua participação na comissão incumbida na reunião anterior para estudar a proposta do plano. O Dr. Taveira ressaltou que foram alterados alguns pontos e que o texto final foi enviado para os demais membros da comissão que concordaram com o mesmo. O Dr. Val questionou os valores tetos apresentados, salientando que poderiam não ser atrativos para pesquisadores de alto nível se fixarem no interior da Amazônia. O Dr. Taveira, entretanto, fez notar a existência de mecanismos de flexibilização em casos especiais, que o limite para gastos com pessoal está fixado em 60% e que dentro deste limite é possível criar uma parcela variável de remuneração. O Dr. Tundisi ressaltou a importância da tabela e do sistema concebido como forma de liberação das amarras da carreira tradicional e colocou a proposta em votação. O plano foi aprovado por unanimidade. Antes de continuar os trabalhos o Senhor presidente interrompeu a sessão para informar que o Dr. Lélío Fellows não pode comparecer tendo em vista o falecimento de seu pai. O conselho lamentou o fato e manifestou "voto de pesar". **ITEM 7. Necessidades adicionais de contratação e enquadramento funcional.** A convite do presidente, a Sra. Ana Rita relatou as dificuldades para a contratação e enquadramento dos funcionários. Foram contratados nesse primeiro momento 58 funcionários, sendo o quadro no momento composto por 59 servidores, sendo um cedido pelo MPEG. Há necessidade de incorporação de mais 80 funcionários que hoje são pagos com recursos de projetos que deverão encerrar-se. A incorporação desses funcionários elevaria a folha de pagamento para mais de 60% do contrato de gestão. O Dr. Edmundo ressaltou que há diferentes formas de fazer a contratação: permanente, temporária, e por meio de bolsas e que o importante está na forma de apropriar-se dos recursos. De qualquer forma, ficou evidente que é necessário a ampliação do valor do contrato de gestão para fazer face a este gasto. Segundo a Sra. Ana Rita é necessário expandir o contrato de gestão de R\$1.800.000,00 para R\$2.400.000, 00. O Dr. Paulo Neto ressaltou que é importante o acompanhamento dos gastos e que isso é de responsabilidade do conselho. A proposta para as necessidades adicionais deverá ser incorporada no relatório final. O conselho considerou as necessidades adicionais razoáveis aprovando o pleito a ser apresentado ao MCT. **ITENS 8 E 9. Andamento das obras de preparação do terreno para construção da futura sede e Necessidades adicionais para gastos em Infra-estrutura.** A Sra. Ana Rita, a convite do presidente, informou aos conselheiros que o terreno comprado pelo CNPq tem uma área de 12 hectares e localiza-se na beira do rio Tefé. O projeto arquitetônico está elaborado e seriam necessários cerca de US\$6 milhões para a construção dos prédios previstos. O Dr. Ayres informou que buscará apoio internacional para as obras mas que seria importante ter a infra-estrutura, isto é, o local preparado com ruas, energia elétrica, água encanada e guarita, para apresentar o projeto aos potenciais financiadores

internacionais. Para finalizar as obras de infra-estrutura, o Dr. Ayres informou que são necessários mais R\$340.000,00. O Dr. Paulo Neto ressaltou que seria importante preservar o que for possível e ter cuidado com as plantas e animais, procurando manter os animais sob vida livre, evitando o esquema zoológico. Ressaltou ainda a importância do uso da estrutura para fins educacionais. O Dr. Taveira disse ser importante evitar o que chamou de “terra arrasada”, situação comum durante a implantação de obras desse porte. O Dr. Tundisi chamou atenção para o impacto que a estrutura a ser concebida terá na melhoria da qualidade de vida da população da cidade de Tefé. Dr. Helder informou aos presentes que a proposta apresentada ao CTINFRA foi frustrada mas que mesmo conseguindo os recursos máximos possíveis por ano (R\$1.500.00,00) seriam necessários 12 anos para a obtenção dos recursos totais para a infra-estrutura prevista incluindo mobiliário e equipamentos e que, portanto, é necessário identificar outras fontes, com o que o conselho concordou. **ITEM 10.** *Possibilidade de elaboração de um termo aditivo ao contrato de gestão no sentido de redimensionar os valores e/ou repasses do MCT para fazer face às necessidades discutidas e outras.* O conselho sugere incluir no relatório final as necessidades para absorção de pessoal. Para infra-estrutura recomenda a solicitação de recursos adicionais para complementar a infra-estrutura. O conselho aprova antecipadamente a solicitação a ser apresentada de pronto pelo Diretor geral ao MCT. **ITEM 11.** *Apreciação, discussão e aprovação do relatório semestral.* O Dr. Tundisi iniciou a discussão deste item da pauta ressaltando que o contrato de gestão está centrado em metas e que os relatórios devem mostrar com clareza que metas foram alcançadas e as justificativas para aquelas metas que não puderam ser concretizadas. Dr. Helder, a convite do presidente, sumariou o relatório e disse que numa escala de 0 a 10, o relatório teria nota 9,1 no conjunto de indicadores de realização de metas, ressaltando a necessidade de reorganização de metas e indicadores dada a impropriedade de alguns dos indicadores propostos, impropriedade esta observada apenas agora durante a primeira aferição. Sugeriu ele que tal reorganização fosse estudada por uma comissão interna e incluída no relatório anual. O Dr. Val sugeriu que a proposta final da comissão fosse avaliada pelo CTC. Foi chamada atenção sobre a área desmatada que não deveria exceder a 5% ao ano, indicador considerado equivocado pelos conselheiros que, acatando sugestão do Dr. Ayres, deve ser fixada em 3% em relação ao total da área da reserva a e não por unidade de tempo pré-determinada. Contudo, o Dr. Paulo Neto ressaltou que a floresta pode recuperar-se mas é preciso muito cuidado. Dr. Tundisi, refletindo sobre o papel da floresta, sugeriu ao Diretor Geral a necessidade de estimar a capacidade de seqüestro de carbono por aquela reserva. O Dr. Taveira ressaltou que é necessário aperfeiçoar os indicadores para acompanhamento das metas e que é necessário existir indicadores de garantia, devendo a direção do IDSM centrar esforço nos indicadores que podem representar desafio. Ainda, ressaltou que o grande diferencial no caso do IDSM é a convivência de área protegida com pessoas. O Dr. Kerr questionou a mensuração dos índices de mortalidade infantil entre as populações indígenas, ressaltando que essa informação pode subsidiar a avaliação do tratamento que está sendo dispensado àquelas populações. O Dr. Paulo Neto, observando que a FUNAI tem suas próprias regras que podem representar dificuldades na relação entre os diferentes atores, questionou sobre a relação com a FUNAI quanto à demarcação das terras indígenas. Dr. Helder explicou como tem sido essa relação, ressaltando que uma pesquisadora da IDSM tem feito parte da comissão de demarcação. O Dr. Ayres trouxe à baila a questão sobre o Conselho Gestor da RDSM que deve ser designado pelo Estado do Amazonas, sugerindo que o conselho seja composto pelas mesmas pessoas que hoje compõem o Conselho de Administração. O CA concordou com a

proposta, sugerindo ao Dr. Ayres que articule tal indicação junto ao Dr. Estevão. O Dr. Val sugeriu incluir no relatório aquelas publicações científicas veiculadas em revistas de impacto no meio científico, proposta esta acatada pelo conselho. O Dr. Paulo Neto sugeriu que antes da publicação do relatório os pontos levantados sejam corrigidos, principalmente no que tange à taxa de desmatamento. O relatório foi aprovado pelo conselho desde que consideradas as recomendações apresentadas. **ITEM 12. Mandato dos conselheiros eleitos e a questão dos representantes dos funcionários e associados de Mamirauá.** Há cinco assentos no conselho distribuídos da seguinte forma: três assentos a serem ocupados por membros de notório saber da comunidade científica, estando um desses assentos vago, um assento para um representante dos associados e um assento para o representante dos funcionários. Esses assentos estão ocupados hoje pelos Drs. Tundisi e Paulo Neto (membros de notório saber), Dra. Paranhos (representante dos associados) e Dr. Viana (representante dos funcionários). Metade desses assentos, selecionados por sorteio, deveriam ser renovadas após um (01) ano havendo, entretanto, a possibilidade de recondução de acordo com o artigo 19 do estatuto. O conselho decidiu, então, proceder o sorteio para conhecer os três conselheiros que finalizam seus mandatos, tendo sido sorteados os nomes dos Drs. Paulo Neto, Tundisi e Viana. Ato contínuo, o conselho houve por bem reconduzir os três conselheiros para um novo mandato de quatro anos, com o objetivo de evitar-se qualquer solução de continuidade nesse momento e, também, considerando a relevante contribuição que todos tem emprestado ao conselho nesta fase. A Dra. Paranhos cumprirá, dessa forma, seu mandato até o final. **ITEM 13. A composição dos assentos dos conselheiros representantes de instituições e dos conselheiros de notório saber. Seriam necessárias alterações nessa composição?** Com anuência do presidente, Dr. Helder reclamou a ausência do representante do GTA nas reuniões do conselho. Por unanimidade o conselho sugeriu enviar uma correspondência ao presidente do GTA, com cópia do estatuto, ressaltando a importância da participação do GTA no conselho. Quanto ao assento vago, o conselho manifestou o desejo de considerar uma lista de nomes na próxima reunião. **ITEM 14. Processo de consultas via e-mail. Uma avaliação por parte dos presentes.** Os conselheiros presentes não apresentaram restrições quanto às consultas feitas por meio eletrônico e acrescentaram que estariam dispostos a participar por meio eletrônico de parte das reuniões previstas. **ITEM 15. O que mais ocorrer.** Não havendo manifestação adicional de nenhum dos conselheiros presentes, o presidente do conselho deu por encerrada a reunião e eu, Conselheiro Adalberto Luís Val, lavrei a presente ata que lida por todos e achada conforme vai assinada por mim e por todos os conselheiros presentes. Brasília, 01 de outubro de 2001.

Adalberto Luís Val

Edmundo Antônio Pereira Taveira

José Galizia Tundisi

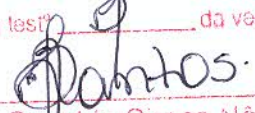
João Paulo Viana

Warwick Estevan Kerr

Aline da Rin Paranhos de Azevedo

Paulo Nogueira Neto

Marcio Ayres

Cartório do 2º Ofício Rua Daniel Sevalho, 124 TEFÉ - AMAZONAS	Reconheço a (s) firma(s) supra (s). Dou fé. Tefé - AM 20 de 06 de 2002
OSVALDO SIMAS NÓVO Tabelião CICIMF nº 024.762.902-20	Em test. da verdade:  Osvaldo Simas Nôvo

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO ESPECIAL DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS**
Rua Daniel Sevalho, nº-124, Centro – Fórum de Justiça
Oswaldo Simas Nóvo – Oficial

Apresentado para registro no dia 20/06/2002

Ao expediente das 08:00 às 12:00 horas

Protocolado no Livro A-1, fls. 27v, sob o nº-1.625

Registrado no Livro B-3, fls. 474, sob o nº-1.605

Referente a matrícula nº-1.605.-

Tefé/AM, 20 de junho de 2002

Santos
Oswaldo Simas Nóvo
Oficial

Auzelame Maria Silva Santos
Escritoramente Juramentada
CPF Nº 273.433.752-53